

Técnicos condenam fixação de invasão

Fotos: Adauto Cruz

Ana Cristina Gonçalves
e Cristine Gentil
Da equipe do Correio

O referencial histórico, principal argumento utilizado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para fixar o Acampamento da Telebrasília, é contestado por integrantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

“Ali está parte da história da construção da cidade”, argumentou esta semana a vice-governadora Arlete Sampaio. “Os moradores são pioneiros e construíram a cidade”, completou o líder do PT na Câmara, Antônio Cafu.

Entretanto, dois pareceres dos arquitetos José Leme Galvão Júnior e Carlos Magalhães — coordenadores do Iphan em 1992 e 1993, respectivamente —, são contrários à fixação porque não há fatos ou construções a serem preservados.

Remoção — “Deve ser feita a identificação dos verdadeiros pioneiros e levá-los para uma área urbanizada, em outro local”, aconselha Carlos Magalhães, que acredita ter poucas famílias com mais de 30 anos morando no local.

Como se não bastasse os pareceres anteriores, o arquiteto e integrante da Comissão Especial de Brasília — dentro do Iphan —, Marco Antônio Galvão, também tem a mesma opinião.

“As casas que sobraram no Acampamento não devem ser fixadas porque não lembram em nada as construções antigas da cidade”, afirma.

Mesmo salientando que essa é a sua opinião e não a da Comissão Especial, Marco Antônio acredita que, caso seja solicitado novo parecer, este também será contrário à fixação.

Erro — “A Vila Planalto foi



A Invasão da Telebrasília, em plena Asa Sul, mais parece uma chácara com árvores frutíferas e tem até iluminação

tombada alegando-se que era um acampamento de pioneiros e hoje o local está descaracterizado”, exemplifica Marco Antônio.

Numa visita realizada em 1992, técnicos da Gerência de Projetos e Conservação do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico

(Depha) constataram que a estruturação urbana do Acampamento da Telebrasília não é patrimônio.

Quanto aos aspectos arquitetônicos, os técnicos concluíram no relatório que as construções estão bastante deterioradas e não podem ser consideradas como conjunto repre-

sentativo que mereça ser restaurado.

“A fixação é uma incoerência do governo que invoca a preservação ambiental para não criar a Cidade Estrutural e agora quer assentar famílias às margens do Lago Paranoá”, observa o deputado distrital Tadeu Filippelli (PMDB).